

Atos Oficiais

Leis e Decretos:

LEI Nº 6.597, DE 18 DE JUNHO DE 2021

Altera dispositivos da Lei nº 6.572, de 23 de abril de 2021, que dispõe sobre Plano de Cargos, Salários e Carreira dos Funcionários Municipais de Ribeirão Pires, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Ficam alterados o Anexo III, Quadro Complementar B – QCB – Cargos de Livre Provimento e o anexo IX- Descrição dos Cargos de Livre Provimento, na Lei nº 6.572, de 23 de abril de 2021.

Art. 2º Em razão do disposto no artigo 1º desta lei, o anexo III e o anexo IX, da Lei nº 6.572, de 23 de abril de 2021, passam a vigorar com as seguintes alterações:

I - Ficam excluídos no Anexo III os cargos de Subsecretário, Diretor de Escola Profissionalizante, Diretor de Departamento de Pedagogia na Secretaria de Educação; Chefe de Equipe de Conservação e Manutenção de Equipamentos de Saúde, Dirigente de Saúde Mental CAPS, Dirigente de Saúde Mental – Residências Terapêuticas e 01 (um) Cargo de Dirigente de Unidade Básica de Saúde e PSF, na Secretaria de Saúde e Higiene;

II - Ficam criados no Anexo III e IX, 01 (um) cargo de Dirigente de Artes Plásticas e 01 (um) cargo de Dirigente de Programas de Artes Marciais, na Secretaria da Juventude, Esportes, Lazer, Cultura e Turismo – SEJEL; 01 (um) Assessor de Projetos Educacionais, 01 (um) Dirigente de Projetos Especiais da Educação, na Secretaria de Educação – SE; 01 (um) Diretor de Saúde Mental CAPS e Residências Terapêuticas, 01 (um) Coordenador dos Dirigentes de UBS e PSF na Secretaria de Saúde e Higiene – SSH; 01 (um) Diretor de Desenvolvimento Urbano e 01 (um) Dirigente de Proteção a Fauna Silvestre, na Secretaria de Meio Ambiente, Habitação, e Desenvolvimento Urbano - SMAH DU.

III – Ficam incluídos no anexo III, 06(seis) cargos de Responsável de Equipe do atendimento de Usuário sendo 02 (dois) cargos na Secretaria da Juventude, Esportes, Lazer, Cultura e Turismo- SEJEL, 02 (dois) cargos na Secretaria de Educação – SE e 02 (dois) cargos na Secretaria de Saúde e Higiene – SSH; 02 (dois) cargos de Assessor de Gabinete I, no Gabinete do Prefeito -GP; 02 (dois) Chefes de Equipe de Apoio de Administração de Projetos, na Secretaria de Educação – SE

Art. 3º - Em razão do disposto nos incisos II e III, do Artigo 2º, o anexo III da Lei Municipal nº 6572 de 23/04/2021, passa a vigorar com as alterações que passam a integrar a presente lei.

ANEXO III **SECRETARIA DA SAÚDE E HIGIENE**

CARGO:	PRÉ-REQUISITOS	QUANT.	CLASSE
DIRETOR DE SAÚDE MENTAL CAPS E RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS	Ensino Superior em Psicologia com Registro no CRP	1	81
COORDENADOR DOS DIRIGENTES DE UBS E PSF	Ensino Médio	1	80
RESPONSÁVEL DE EQUIPE DO ATENDIMENTO DO USUÁRIO	Ensino Fundamental	2	73

SECRETARIA DA JUVENTUDE, LAZER, ESPORTE, CULTURA E TURISMO – SEJEL

CARGO:	PRÉ-REQUISITOS	QUANT.	CLASSE
DIRIGENTE DE ARTES PLÁSTICAS	Ensino Médio	1	78
DIRIGENTE DE PROGRAMAS DE ARTES MARCIAIS	Ensino Médio	1	78
RESPONSÁVEL DE EQUIPE DO ATENDIMENTO DO USUÁRIO	Ensino Fundamental	2	73

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SE

CARGO:	PRÉ-REQUISITOS	QUANT.	CLASSE
ASSESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS	Ensino Superior	1	76
DIRIGENTE DE PROJETOS ESPECIAIS DA EDUCAÇÃO	Ensino Superior	1	78
CHEFE DE EQUIPE DE APOIO DE ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS	Ensino Médio	2	75
RESPONSÁVEL DE EQUIPE DO ATENDIMENTO DO USUÁRIO	Ensino Fundamental	2	73

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMAHDU

CARGO:	PRÉ-REQUISITOS	QUANT.	CLASSE
DIRETOR DE UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO URBANO	Ensino Superior	1	81
DIRIGENTE DE PROTEÇÃO A FAUNA SILVESTRE	Ensino Médio	1	78

GABINETE DO PREFEITO – GP

CARGO:	PRÉ-REQUISITOS	QUANT.	CLASSE
ASSESSOR DE GABINETE I	Ensino Médio	2	76

Art. 4º - Ficam excluídas, no anexo IX - Descrição de Cargos de Livre Provisão, a descrição dos cargos de Diretor de Escola Profissionalizante, Diretor do Departamento de Pedagogia, Chefe de Equipe de Conservação e Manutenção de Equipamentos de Saúde, Dirigente de Saúde Mental CAPS, Dirigente de Saúde Mental Residências Terapêuticas

Art. 5º - Ficam incluídas no anexo IX – Descrição de Cargos de Livre Provisão, a descrição dos cargos de Dirigente de Artes Plásticas, Diretor de Programas de Artes Marciais, Assessor de Projetos Educacionais, Dirigente de Projetos Especiais de Educação, Diretor de Saúde mental CAPS e Residências Terapêuticas, Diretor de Unidade de Desenvolvimento Urbano e Dirigente de Proteção à Fauna Silvestre, com a seguinte redação:

ANEXO IX

DIRIGENTE DE ARTES PLÁSTICAS

Supervisionar, coordenar, controlar e orientar a execução dos projetos e atividades afetos as escolas municipais de artes plásticas e responder pelos encargos atribuídos; orientar a execução das atividades do Departamento de acordo com as metas de governo; acelerar a eficiência e reduzir os custos operacionais dos projetos e atividades sob sua responsabilidade; analisar e opinar nos processos que lhe tenham sido distribuídos por autoridade superior cujos assuntos se relacionem com as atribuições do Departamento de Cultura; apresentar, anualmente, planejamento e relatórios de atividades ao titular da Pasta; promover reuniões periódicas de coordenação, entre seus subordinados, a fim de dirimir dúvidas, ouvir sugestões e discutir assuntos de interesse do Departamento; orientar, coordenar, controlar e supervisionar o cumprimento das normas, princípios e critérios estabelecidos.

DIRIGENTE DE PROGRAMAS DE ARTES MARCIAIS

Supervisionar, coordenar, controlar e orientar a execução dos projetos relacionados a prática de artes marciais e atividades afetas e responder pelos encargos atribuídos; orientar a execução das atividades dos Programas de acordo com as metas de governo; acelerar a eficiência e reduzir os custos operacionais dos projetos e atividades sob sua responsabilidade; analisar e opinar nos processos que lhe tenham sido distribuídos por autoridade superior cujos assuntos se relacionem com as atribuições do Departamento de Esportes; apresentar, anualmente, planejamento e relatórios de atividades ao titular da Pasta; promover reuniões periódicas de coordenação, entre seus subordinados, a fim de dirimir dúvidas, ouvir sugestões e discutir assuntos de interesse do Departamento; orientar, coordenar, controlar e supervisionar o cumprimento das normas, princípios e critérios estabelecidos.

ASSESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS

Assessorar na articulação e acompanhamento da execução e no planejamento do Projeto Político Pedagógico, contribuindo com seu conhecimento e com sua especificidade no processo educacional da unidade educativa; assessorar na coordenação dos programas e das ações/atividades educativas/pedagógicas junto à comunidade educativa, buscando a integração para o coletivo escolar acompanhar projetos que dinamizem e favoreçam aprendizagens significativas às crianças, adolescentes e adultos; participar das discussões educativas/pedagógicas propostas pela unidade educativa.

DIRIGENTE DE PROJETOS ESPECIAIS DE EDUCAÇÃO

Planejar, articular e acompanhar a execução do Projeto Político Pedagógico e planejar e participar de todos os momentos de discussões na escola, contribuindo com seu conhecimento e com sua especificidade no processo educacional da unidade educativa; coordenar, analisar e encaminhar as discussões dos programas e das ações/atividades educativas/pedagógicas junto à comunidade educativa, buscando a integração para o coletivo escolar; propor, coordenar e acompanhar projetos que dinamizem e favoreçam aprendizagens significativas às crianças, adolescentes e adultos; criar/fomentar espaços de participação dos diferentes segmentos na unidade educativa; orientar estudos e pesquisas sob o ponto de vista teórico-metodológico; assumir uma postura ética e respeitosa com os alunos, pais e os demais profissionais; participar das discussões educativas/pedagógicas

propostas pela unidade educativa.

DIRETOR DE SAÚDE MENTAL CAPS E RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS

Planejar, coordenar, controlar e avaliar os setores das unidades de saúde mental relativo aos CAPS adulto e infantil e álcool e drogas e Residências Terapêuticas, subsidiando os processos de apoio administrativo em conformidade com as metas estabelecidas no Plano de Governo; assessorar diretamente o Secretário de Saúde com os assuntos correlatos as Unidades de Saúde Mental; adotar diretrizes, coordenar e supervisionar ações necessárias para o desenvolvimento das funções confiadas à Unidade; planejar, coordenar e orientar o quadro de funcionários para executar, em sua área de abrangência, o devido acompanhamento e organização dos serviços da Administração competentes a Saúde Mental.

DIRETOR DE UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Coordenar, promover ações de desenvolvimento da cidade, subsidiando os processos de apoio administrativo que são necessários para o desenvolvimento urbano, em conformidade com as metas da Administração Municipal e diretrizes estabelecidas no Plano de Governo; assessorar diretamente o Secretário de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano com os assuntos correlatos ao Departamento de Unidade de Desenvolvimento Urbano; adotar diretrizes, coordenar e supervisionar ações necessárias para o desenvolvimento das funções confiadas à Unidade.

DIRIGENTE DE PROTEÇÃO À FAUNA SILVESTRE

Promover a conservação e o monitoramento da fauna do Município, realizar o levantamento, descrição e caracterização das espécies que compõem a fauna municipal, no sentido de gerar informações que possibilitem a conservação e manejo dessas espécies; organizar e disponibilizar materiais educativos sobre a fauna silvestre, desenvolver inventários da fauna silvestre das áreas verdes, unidades de conservação; combater o tráfico ilegal de animais silvestres que se encontrem no Município, em parceria com órgãos das esferas municipais, estaduais e federais; promover a cooperação científica municipal, estadual, nacional e internacional, com o objetivo de desenvolver o conhecimento sobre a fauna, bem como as formas corretas de seu manejo; exercer outras atividades correlatas às suas competências e que lhe forem determinadas pelo Secretário e Departamento de Gestão Ambiental; adotar diretrizes, coordenar e supervisionar ações necessárias para o desenvolvimento das funções confiadas à Unidade.

Art. 6º As despesas decorrentes com a execução da presente lei serão cobertas pelas dotações próprias consignadas em orçamento.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 18 de junho de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO

Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 6936/2018 – PMRP

Publicada no Órgão da Imprensa Oficial.

Pregão Eletrônico:

EDITAL DISPONÍVEL: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 060/2021, Processo de Compras n.º 1704/2021, que trata da Aquisição de veículos para a Secretaria de Educação. Período para cotação das 11:00 horas do dia 25/06/2021 às 08:00 horas do dia 07/07/2021. Período para lances 07/07/2021 a partir das 09:00 horas. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone: 11 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: www.bll.org.br ou www.ribeiraopires.sp.gov.br. Ribeirão Pires, 24 de junho de 2021. Douglas Menezes Souza – Pregoeiro.

EDITAL DISPONÍVEL: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 061/2021, Processo de Compras n.º 2873/2021, que trata do registro de preços para fornecimento de medicamentos sedativos. Período para cotação das 09:00 horas do dia 25/06/2021 às 08:00 horas do dia 01/07/2021. Período para lances 01/07/2021 a partir das 09:00 horas. Nos termos do Artigo 2º II e Artigo 5º da Medida Provisória n.º 1047/2021, o prazo de publicidade foi reduzido pela metade. Maiores informações serão fornecidas na Gerência de Suprimentos, através do fone: 11 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: www.bll.org.br ou www.ribeiraopires.sp.gov.br. Ribeirão Pires, 24 de junho de 2021. Douglas Menezes Souza – Pregoeiro.

Convocação:

SERVIDOR: PAULO JOSÉ COZZUPOLLI – MATRÍCULA N.º 4371

Solicitamos seu comparecimento no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, sito Rua Miguel Prisco, 288 - Centro - Ribeirão Pires/SP, no prazo de 48 horas, para ciência da Portaria n.º 431 de 30/04/2021 do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires.

Prorrogação de processo seletivo:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES ESTADO DE SÃO PAULO

PRORROGAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL N.º 02/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, torna público a prorrogação do processo seletivo simplificado Edital n.º 02/2019 para os Empregos Públicos Temporários para ano letivo de 2021 para evitar problemas de continuidade da prestação de serviços educacionais.

Para que surtam os efeitos legais e que ninguém alegue desconhecimento, publica a presente PRORROGAÇÃO.

Ribeirão Pires/SP, 18 de Junho de 2021.

CLÓVIS VOLPI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES/SP

Resolução CMDCA:

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03/2021 - Dispõe sobre a abertura do Edital da Eleição do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a gestão 2021/2023. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 4.622, de 07 de agosto de 2002, alterada pela Lei Municipal nº 5.056, de 05 de março de 2007, instalou a Comissão Eleitoral responsável pela organização do processo eleitoral dos membros da sociedade civil do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA para o mandato 2021/2023, composta dos seguintes membros: Priscilla Ferracini da Silva e Celi Barreto dos Santos Fukui. A respectiva comissão contará com o apoio administrativo da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social - SAPIS. Considerando que a eleição se dará no dia 25 de agosto de 2021, convoca as organizações da sociedade civil de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, devidamente certificadas por este Conselho, para a eleição dos membros que comporão a gestão 2021/2023. O período das inscrições das organizações da sociedade civil será de 25/06/2021 a 23/07/2021, na sede do CMDCA, à Rua Conde de Sarzedas, 333 – Jardim Pastoril. A eleição será realizada no dia 25/08/2021, das 09h às 14h, no Auditório da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social. Ribeirão Pires, 24 de junho de 2021. COMISSÃO ELEITORAL.



REGIMENTO ELEITORAL

Dispõe sobre a regulamentação do processo eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – BIÊNIO 2021/2023.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regimento regulamenta o processo eleitoral coordenado por conselheiras/os municipais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para escolha das/os representantes das Organizações da Sociedade Civil e nomeação das/os representantes governamentais ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Biênio 2021/2023.

Parágrafo Único – O mandato será da data de posse até **27/08/2023**.

CAPÍTULO II - DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 2º. Fica constituída a Comissão Eleitoral, composta por conselheiras representantes da sociedade civil e nomeadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão Pires através da Resolução nº 03/2019.



Art. 3º. Compete à Comissão Eleitoral:

- I – Dirigir o processo eleitoral, conforme cronograma eleitoral, parte integrante deste Regimento;
- II – Adotar todas as providências necessárias para a realização do pleito;
- III – Realizar a inscrição do colégio eleitoral e das/os candidatas/os a membros do CMDCA;
- IV – Publicar o resultado do pleito;
- V – Dirimir quaisquer dúvidas e situações não previstas neste Regimento no tocante ao pleito;
- VI – Proceder a apuração dos votos e lavrar a ata de eleição.

Parágrafo único – Os votos duvidosos serão julgados pela Comissão Eleitoral, acompanhada pelos fiscais, no momento da apuração.

CAPÍTULO III – DAS/OS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 4º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é o órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado à Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social, sendo composto por 10 (dez) membros, a saber:

- I – 01 (um/a) representante da Secretaria de Educação;
- II – 01 (um/a) representante da Secretaria de Saúde e Higiene;
- III – 01 (um/a) representante da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social (SAPIS);
- IV – 01 (um/a) representante da Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ);
- V – 01 (um/a) representante da Secretaria de Juventude, Esporte, Lazer, Cultura e Turismo (SEJEL);



VI – 01 (um/a) representante de Organização da Sociedade Civil de defesa a atendimento dos direitos da criança e do adolescente com deficiência;

VII – 04 (quatro) representantes de Organizações da Sociedade Civil de defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Paragrafo único – As/Os conselheiras/os serão escolhidas/os pelo voto das Organizações da Sociedade Civil regularmente constituídas há pelo menos dois anos, com sede e atuação no município.

Art. 5º. Terá direito a se candidatar as Organizações da Sociedade Civil que cumprir os seguintes critérios:

I – Ser entidade voltada à defesa dos direitos da criança e do adolescente nas áreas de políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade, à convivência familiar e comunitária, conforme preconiza a Lei Federal n. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

II – Que tenha no mínimo 02 (dois) anos de funcionamento no município de Ribeirão Pires;

III – Ter a entidade notória representatividade e/ou desenvolvimento de ações no âmbito da infância e adolescência;

IV – Ser entidade regularmente constituída e certificada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão Pires.

Parágrafo único. O mandato no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pertencerá às Organizações da Sociedade Civil eleitas, através da indicação dos membros titular e suplentes como seus representantes.

Art. 6º. No ato da inscrição, a Organização da Sociedade Civil interessada deverá apresentar os seguintes documentos:



I - Ofício da Organizações da Sociedade Civil indicando 01 (um/a) candidata/o a membro titular e 02 (duas/dois) candidatas/os a membros suplentes, informando que estarão representando a entidade pelo período disposto no artigo 1º, parágrafo único deste Regimento, bem como autorizando a/o candidata/o a frequentar as reuniões ordinárias e extraordinárias como membro, e que, na sua falta justificada, representará qualquer um/a de suas/seus suplentes;

II – Cópia do CPF e RG da/o candidata/o;

III – Atestado de antecedentes criminais da/o candidata/o;

IV – Certidão Negativa de Débito da entidade;

V – Cópia da ata da última eleição e Termo de Posse da diretoria atual;

VI – Cópia do certificado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão Pires;

CAPITULO IV – DOS IMPEDIMENTOS

Art. 7º. Não poderão compor o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do seu funcionamento:

I – Conselhos de políticas públicas;

II – Representantes de órgão de outras esferas governamentais;

III – Ocupantes de cargo de confiança e/ou função comissionada do poder público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil;

IV – Conselheiros tutelares.

Parágrafo único. Também não deverão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do disposto neste artigo, a autoridade judiciária, legislativa e o representante do Ministério Público e da Defensoria Pública, com atuação no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou em exercício na Comarca, foro regional, Distrital ou Federal.



CAPÍTULO V – DAS/OS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Art. 8º. As/Os conselheiros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão indicadas/os livremente pelo Poder Executivo através de nomeação do Prefeito Municipal, dentre pessoas com poder de decisão no âmbito das respectivas Secretarias mencionadas no artigo 4º, incisos I a V deste Regimento.

I - No ato da nomeação de representante do Poder Público a Secretaria competente deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Ofício da Secretaria indicando 01 (um/a) funcionária/o a membro titular e 02 (duas/dois) funcionárias/os a membros suplentes, informando que estarão representando a Secretaria pelo período disposto no artigo 1º, parágrafo único deste Regimento, bem como autorizando a/o indicada/o a frequentar as reuniões ordinárias e extraordinárias como membro, e que, na sua falta justificada, representará qualquer um/a de suas/seus suplentes;

b) Cópia do CPF e RG da/o indicada/o.

CAPÍTULO VI – DA HABILITAÇÃO

Art. 9º. É competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o registro da candidatura e a habilitação das Organizações da Sociedade Civil inscritas, a qual se dará após análise das inscrições pela Comissão Eleitoral e sua respectiva publicação no Diário Oficial.

§ 1º. As inscrições das Organizações da Sociedade Civil serão de **25/06/2021 a 23/07/2021.**



§ 2º. As entidades que tiveram suas inscrições indeferidas pela Comissão Eleitoral poderão apresentar recurso ao CMDCA entre os dias **02/08/2021 e 06/08/2021**.

CAPÍTULO VII – DO COLÉGIO ELEITORAL

Art. 10. As Organizações da Sociedade Civil regularmente constituídas terão entre os dias **25/06/2021 e 23/07/2021**, para indicar o colégio eleitoral que poderá ser composto por até 08 (oito) eleitoras/es membros da entidade.

§ 1º. No ato da indicação do colégio eleitoral deverá ser comprovado ser a/o eleitor/a membro da entidade.

§ 2º. As Organizações da Sociedade Civil que estiverem concorrendo poderão indicar as/os suas/seus candidatas/os para compor o colégio eleitoral

CAPÍTULO VIII – DA ELEIÇÃO

Art. 11. A Eleição ocorrerá no dia **25/08/2021**, das **09h às 14h**, no auditório da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social – SAPIS, sito à Rua Conde de Sarzedas, 333 – Jardim Pastoril - Ribeirão Pires, perante a Comissão Eleitoral.

§ 1º. A eleição proceder-se-á em plenária ordinária do CMDCA, direcionada para esse fim, com a presença dos representantes das Organizações da Sociedade Civil habilitadas;

§ 2º. A votação será secreta e os votos serão depositados numa urna inviolável perante a mesa receptora e apuradora;

§ 3º. Somente a Comissão Eleitoral poderá decidir sobre pedido de impugnação da votação e apuração;



§ 4º. Serão consideradas eleitas as 05 (cinco) Organizações da Sociedade Civil mais votadas, respectivamente, havendo somente a representação de 01 (uma) Organização da Sociedade Civil no atendimento à pessoa com deficiência. Não haverá obrigatoriedade da participação desta no processo eleitoral (conforme art. 5º, §2º, da Lei Municipal n. 5.056/07).

§ 5º. No caso de empate, será considerado como critério de desempate a entidade que tiver mais tempo de atuação na área da Infância e Adolescência.

§ 6º. Caso não haja entidades eleitas, ou o número de entidades for inferior ao número de vagas, realizar-se-á o processo de recondução dos membros das Organizações da Sociedade Civil do CMDCA que tiverem interesse em permanecer.

§ 7º. Terminada a votação, proceder-se-á imediatamente à apuração dos votos pela Comissão Eleitoral, lavrando-se ata com o resultado da eleição e respectiva publicação no Diário Oficial do Município.

§ 8º. Do resultado da eleição não cabe recurso.

CAPITULO IX – DOS FISCAIS

Art. 12. A Fiscalização poderá ser exercida pelos fiscais devidamente credenciados, desde que seja respeitado o limite de dois fiscais na sessão.

§ 1º. Cada fiscal receberá uma credencial que será expedida pela Comissão Eleitoral.

§ 2º. A credencial de fiscal conterá os dados pessoais do fiscal e o local de votação onde este exercerá fiscalização e valerá apenas para o local indicado no crachá de identificação.

§ 3º. Havendo número superior de fiscais mencionados no caput deste artigo, estes deverão, de comum acordo, revezar-se na tarefa de



fiscalização, sob pena de suspensão das atividades da mesa receptora, a ser decretada pela Comissão Eleitoral, até que sejam observados os limites estabelecidos.

Art. 13. No dia da eleição as/os fiscais deverão se identificar junto à Comissão Eleitoral da mesa receptora apresentando seu crachá, e qualquer outro documento de identidade.

Art. 14. Para confecção das credenciais que identificarão as/os fiscais de cada Organização da Sociedade Civil, deverão apresentar na sede do CMDCA, entre os dias **25/06/2021** e **23/07/2021**, requerimento, por escrito, solicitando o cadastramento de suas/seus fiscais, apresentando cópia de documento de identidade e cópia do Título Eleitoral.

§ 1º. Cada organização da sociedade civil poderá cadastrar 01 (um/a) fiscal.

§ 2º. As credenciais dos fiscais deverão ser retiradas na sede do CMDCA no dia **23 de agosto de 2021**.

CAPÍTULO X – DA POSSE

Art. 15. A posse do CMDCA se realizará no dia **27/08/2021**, às 09h, presidida pelo Sr. Prefeito, devendo nesse ato ser definida dentre as/os Conselheiras/os eleitas/os os membros da Diretoria Executiva, composta pelos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretária/o Geral, podendo ser exercido por qualquer conselheiro governamental ou não governamental.

Parágrafo único - A Diretoria Executiva empossada responderá pelo CMDCA até a próxima gestão, nos casos de vacância do cargo assumem suas/seus respectivas/os suplentes.



CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. A função de membro do Conselho Nacional, Distrital, Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada (art. 89, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e art. 5º, § 5º da Lei Municipal n. 5.056/07).

Art. 17. As normas relativas à competência do CMDCA, acham-se contidas na Lei n. 5.056/2007.

Art. 18. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação, e nos casos omissos ao presente Regimento serão decididos pela Comissão Eleitoral, utilizando-se analogia aos procedimentos previstos na Resolução n. 105/2005, na Resolução n. 116/2006, ambas do CONANDA e no Código Eleitoral.

COMISSÃO ELEITORAL

Ribeirão Pires, 24 de junho de 2021.



CRONOGRAMA PARA AS ELEIÇÕES DO CMDCA – RP

DATAS	PROVIDÊNCIAS
24/06/2021	Nomear a Comissão Eleitoral e criar o Regimento Eleitoral.
25/06/2021	Publicar o Regimento Eleitoral (imprensa oficial).
	Publicar a resolução instalando a comissão eleitoral (imprensa oficial).
25/06/2021 a 23/07/2021	Período das inscrições das Organizações da Sociedade Civil e indicação do respectivo colégio eleitoral, bem como a indicação dos/as fiscais.
26/07/2021 a 27/07/2021	Período de análise das inscrições pelo CMDCA.
29/07/2021	Publicação da habilitação das Organizações da Sociedade Civil e candidatas/os inscritas/os (imprensa oficial).
02/08/2021 a 06/08/2021	As Organizações da Sociedade Civil que tiveram suas inscrições indeferidas poderão apresentar recurso ao CMDCA.
12/08/2021	A Comissão eleitoral julgará os recursos.
16/08/2021	Publicação das Organizações da Sociedade Civil aptas a participarem do pleito.
23/08/2021	Retirada das credenciais dos fiscais.
25/08/2021 das 09h às 14h	Eleição seguindo da apuração e proclamação dos resultados.
26/08/2021	Publicar os candidatos eleitos. (imprensa oficial).
27/08/2021 às 09h	Cerimônia de Posse e nomeação da Diretoria Executiva